



MÉTODOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:

estudos, reflexões e perspectivas

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

3

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadoras

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa

Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chiroli

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.º Me. José Henrique de Goes

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Me. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Parauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda

Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr. Valdoir Pedro Wathier

*Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional,
FNDE*

© 2021 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

M9399 Métodos e práticas pedagógicas: estudos, reflexões e perspectivas 3 [recurso eletrônico]. / Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti (organizadoras) -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 334 p. – ISBN 978-65-88580-78-3

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web.
DOI 10.47573/aya.88580.2.49

1. Educação. 2. Educação básica. 3. Ensino fundamental. 4. Cartografia - Estudo e ensino. 5. Educação – Efeito das inovações tecnológicas. 6. Educação infantil. 7. Tecnologia educacional. 8 Educação física (Segundo grau). 9. Educação sexual. 10. Alfabetização. 10. Cultura afro-brasileira. 11. Educação especial. 12. Inclusão escolar. I. Pereira, Denise. II. Bortoloti, Karen Fernanda. III. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: <https://ayaeditora.com.br>
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

A influência da corrupção política brasileira na desmotivação de estudantes da educação de jovens e adultos (EJA)

Lucas Cronemberg Diolindo

Bacharelado em Biblioteconomia pela UESPI (2008-2011). Pós-graduando em Gestão, Políticas Sociais e Formação pelo IFPI (2012-2014). Bacharelado em Administração pela UFPI (2014-2018). Graduando em Licenciatura em Música pela UEMA (2019-)

DOI: 10.47573/aya.88580.2.49.13

INTRODUÇÃO

A desmotivação na sala de aula é um dos problemas que mais dificulta a realização do processo de ensino/aprendizagem em todas as modalidades e níveis de ensino. É natural, nas salas de aulas, presenciarmos alunos desmotivados, bagunceiros, e que além de não estudarem não cooperam com aqueles que querem estudar e nem com o professor. Na EJA além de não ser diferente, parece que essa problemática tende a se agravar ainda mais.

É importante mencionar que a EJA lida com um público que engloba jovens, adultos, adolescentes e até idosos. Em alguns casos os alunos são repetentes e evadidos com passagens por várias escolas. Uma dificuldade encontrada na EJA é o desinteresse dos alunos pelos estudos, visto que muitos desses alunos frequentam a escola para a tributação das famílias.

HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL

O processo de institucionalização da EJA no Brasil, inicia-se com os jesuítas em função da catequização dos indígenas, através da transmissão da língua portuguesa, da alfabetização e do processo de aculturação dos nativos. Conforme Márcia Friedrich (2010), sobre a história da educação brasileira, é possível compreender que esta modalidade educativa, sempre apareceu nos diversos contextos brasileiros com a finalidade de atender uma necessidade educacional específica. Por exemplo, com a chegada da família real ao Brasil, houve a necessidade de formar trabalhadores para atender às necessidades da nobreza portuguesa, obrigando a implantação da educação de adultos.

Com a necessidade de alfabetização dos trabalhadores analfabetos e dos indígenas surge a primeira escola noturna do Brasil em 1854. Em 1881, com a proibição do voto dos analfabetos pelo Decreto nº 3.029 e entendendo-se que o analfabetismo, como causa da incapacidade e inabilidade social a educação foi considerada como redentora dos problemas da nação. Assim, em 1910 houve expansão da rede escolar, contra o analfabetismo, visando a imediata supressão do analfabetismo e a captação do voto do analfabeto. Lima e Amaral (2015, p. 4) também afirmam que “[...] as chamadas Ligas contra o Analfabetismo, [...] tinham por objetivo a captação de votos dos analfabetos”. Nesse contexto, a alfabetização de adultos foi vista como um meio de aquisição de votos.

Os resultados positivos da educação de adultos acarretaram os seguintes fatores: melhoria das condições didático-pedagógicas da rede escolar; mobilização de discussões em prol da aprovação da educação como dever do Estado; intensificar debates sobre políticas de educação; conquista de espaços na história da educação brasileira por meio da educação de adultos como reflexo do processo de industrialização brasileira; criação do Plano Nacional de Educação estabelecido na Constituição de 1934; criação do ensino fundamental completo e gratuito com frequência obrigatória e extensiva de adultos como direito constitucional e dever do Estado; oferta de ensino básico e gratuito a todos os setores sociais.

Na década de 1940, houve avanços significativos na educação que se refletiram diretamente na EJA. Como foi o caso da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que reforçou os ideários da sociedade capitalista e dos grupos econômicos dominantes. Nesse contexto, o foco da educação profissionalização e o desenvolvimento industrial do país.

Em tais circunstâncias, a educação de adultos se tornou fator de desenvolvimento econômico, de profissionalização e segurança nacional. Pois naquele instante, 1945, o índice de analfabetismo atingia aproximadamente 50% da população.

Conforme Oliveira e Lima (2012), em 1940, houve muitas melhorias na educação, como a criação do Fundo Nacional de Educação Básica (FNEP), que visava garantir recursos permanentes para o ensino fundamental e a preocupação com as desigualdades econômicas entre os municípios, pois ocasionou a formação desigual dos alunos. Durante o governo Vargas, através de Lourenço Filho, a educação de adultos era entendida como fator fundamental para elevar o nível de escolaridade da população, e esse processo foi fundamental para elevar o nível cultural dos cidadãos.

Foi também nessa época que as escolas foram organizadas em diferentes locais e foi lançada uma proposta de um programa básico, também voltado para a expansão da agricultura. Acreditava-se que a alfabetização por si só não resolveria o problema, exigindo uma atuação mais ampla com as comunidades. Em 1958, no governo Juscelino Kubitschek, durante o Congresso de Educação de Adultos, culminância da experiência do grupo pernambucano liderado por Paulo Freire, a educação de adultos foi seriamente questionada. Critica-se a precariedade dos edifícios escolares, a insuficiência de material didático e a qualificação do professor. Também foi mencionada a necessidade de inovações educacionais, enfatizando a educação com o homem e não para o homem, e uma proposta de renovação dos métodos e processos educacionais, abandonando os processos estritamente auditivos e substituindo o discurso pela discussão e participação dos alunos.

Ainda no governo Kubitschek, com o objetivo de sensibilizar o povo brasileiro e com a participação das populações mais pobres, foi criada a Campanha Nacional pela Erradicação do Analfabetismo, com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo. Nos anos seguintes, a educação de adultos é entendida na perspectiva das causas do analfabetismo, como educação básica. Após os debates do 1º e 2º Congressos Nacionais de Educação de Adultos, presididos por Paulo Freire, surgiu a ideia de criar um programa de educação permanente de adultos e um Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA). Em seguida, vem o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Em 1971, a Lei nº 5.692 regulamenta a Educação Suplementar para atender jovens e adultos, propondo a substituição da escola, com particular atenção à oferta de aperfeiçoamento, aprendizagem e qualificação com vistas à profissionalização.

Extinto em 1985, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), assume seu lugar a Fundação EDUCAR, extinta em 1990 e substituída pela EJA. Após muitas discussões sobre educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reafirmou a institucionalização da modalidade EJA, substituindo a denominação de educação complementar por EJA.

A educação de adultos torna-se mais do que um direito, a chave do século 21; sendo consequência do exercício da cidadania como plena participação na sociedade. Além de ser um poderoso argumento a favor do desenvolvimento ecológico sustentável, a democracia, a justiça, a igualdade de gênero, o desenvolvimento socioeconômico e científico, um requisito fundamental para construir um mundo onde a violência dê lugar ao diálogo e uma cultura de paz baseada na justiça.

A educação, não importa qual seja sua modalidade seu papel fundamental é preparar o

indivíduo para a vida. “A educação inclui os processos de formação que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos institutos de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (CARNEIRO, 2012, p. 37). Razão real para tentar melhorar a educação de jovens e adultos hoje.

Mediante a análise da trajetória histórica da EJA a conclusão que se tem é que ela desenvolveu papéis importantes no processo de construção da democracia, da política e da cultura, da cidadania, da produção econômica, na melhoria de vida das pessoas e na justiça social.

EJA: SURGIMENTO RELATIVO AO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E AS CARACTERÍSTICAS DE SEU PÚBLICO

A EJA é uma modalidade educativa direcionada a atender às necessidades educacionais de pessoas jovens e adultas que não cursaram o ensino básico na idade própria.

Conforme a LDB (2012, p. 308-309), “esta educação é para aqueles que não ingressaram ou não continuaram a escola primária e secundária na idade apropriada”. Assim, tendo em conta as características dos alunos, os seus interesses, as suas condições de vida e de trabalho, a EJA, através de cursos e provas, visa garantir o ensino gratuito, através dos sistemas de ensino, aos jovens. E aos adultos que, em sua idade, não puderam estudar regularmente, oportunidades educacionais adequadas.

A EJA surge de algumas deficiências do nosso sistema educacional regular. É composta de um grupo muito diverso de processos e práticas que se relacionam à aquisição ou ampliação de conhecimentos fundamentais. Os quais são: competências técnicas e profissionais e habilidades socioculturais. Portanto, elaborar um conceito sobre essa modalidade educativa, é uma tentativa complexa. Porque ela possui um universo que engloba muitas práticas formativas trazendo implicações de risco e fracasso, porque ela se estende por quase todos os domínios da vida social.

“A EJA emerge das deficiências do sistema de ensino regular (processo escolar) e compreende um conjunto muito diversificado de processos e práticas formais e informais relacionados com a aquisição ou expansão de conhecimentos básicos, competências técnicas e profissionais ou competências socioculturais.” (FRIEDRICH, 2010, p. 4).

O estudante da EJA tem características muito peculiares. Sendo composta por pessoas que chegam à escola com muitas experiências adquiridas no trabalho e no âmbito familiar. São mães, pais, jovens e às vezes adolescentes que chegam às escolas com experiências as quais se constituem um acervo de conhecimento rico.

“Os alunos atendidos pela EJA formam um grupo muito diversificado, que venceu barreiras para estar de volta à escola e que luta diariamente contra o cansaço e outros obstáculos de sua vida cotidiana para estar na sala de aula. Essas pessoas não estão lá em vão, elas voltam a estudar por necessidade (o mercado de trabalho e a sociedade valorizam altamente o saber letrado), desejo (realização dos sonhos, de projetos de vida) e direito (conquista de algo que lhe é devido) São indivíduos que possuem muitos conhecimentos, mas são taxados como repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis [...] Porque a conjuntura social os discrimina, pelos saberes formais que não dominam, por não terem concluído sua escolarização. (OLIVEIRA; LIMA; PINTO 2012, p.191).

IMPORTÂNCIA DA EJA

A educação é percebida como um dos braços da produtividade, considerando a necessária empregabilidade exigida pelo capitalismo. Para Romanzin (2010), o Brasil neoliberal a partir de Fernando Collor de Mello se insere de forma desordenada e bastante vulnerável ao capital estrangeiro. Isso implica em formas de trabalho progressivamente mais fragmentada e precárias, pois na lógica neoliberal prioridade é a ampliação da mais valia. Visando um trabalhador com formação educativa precária. Não é preciso necessariamente competência, mas acreditar que quanto maior a escolarização, maior será a possibilidade do emprego e independentemente da competência ou certificação, trabalhar o máximo para receber o mínimo possível, seja na forma de salários e ou de direitos trabalhistas e sociais.

Com base no teórico citado, compreende-se que o público considerado sob essa ótica neoliberal, mais exposto a essa lógica de violência mercantil são os estudantes do EJA. Primeiro, porque nessa modalidade, concentra-se no binômio estudo-trabalho numa perspectiva de urgência, em função da necessidade de se obter certificação e na intenção de uma colocação melhorada, ou apenas uma colocação no já esfacelado universo do emprego formal. Assim, tal necessidade é ideológica, pois é dito que sem essa certificação básica, nada se consegue. Mas nada garante que se a obtendo o emprego está assegurado. E quando esse emprego existir, será de considerável nível de exploração de mais valia, seja essa exploração através do trabalho sem regulamentação, seja em jornadas de trabalho formal e com baixos salários. Assim é percebido a EJA dentro das formas preconizadas de trabalho no cenário neoliberal, como um significador da precarização da educação, no sentido de que “qualquer educação” serve. Assim, a teoria do capital humano, emoldurada por uma educação inserida nas regras do capital, podendo ser compreendida como um dos fundamentos da desigualdade social.

CORRUPÇÃO POLÍTICA, DESMOTIVAÇÃO E A DESMOTIVAÇÃO NA EJA

A compreensão sobre corrupção política é fundamental para o esclarecimento do tema em questão. Esse termo deve ser entendido como o afastamento das regras que padronizam o comportamento político em um dado contexto. É um comportamento resultante de uma particular motivação individual, que é o ganho privado em detrimento do público.

Num ato de corrupção as vantagens são para o corruptor e corrupto. Os demais perdem, especialmente o público, caracterizada por toda prática que viola o interesse comum por vantagens especiais. Uma prática ou ato de corrupção política se caracteriza pela violência às responsabilidades relativas a pelo menos um sistema de ordem pública ou cívica com base na importância do interesse comum sobre o interesse específico ou individual. A corrupção política deve ser compreendida como “[...] um comportamento que foge dos deveres formais do cargo público em troca de vantagens pecuniárias ou de status, tanto em favor próprio como em favor de familiares ou amigos íntimos.” (RANQUETAT, 2011, p. 7).

Dos conceitos de corrupção citados, o último é o mais aceito no âmbito da esfera política que é o mesmo que se adequa às práticas políticas corruptas brasileiras atuais. O ato de corrupção é o desvio dos deveres formais do cargo público para obtenção de vantagens para si próprio e para aqueles que lhes sejam interessantes. Para compreender o que seja a desmotivação é

necessário entender o que é motivação visto que ambas têm significados contrários. De modo simples, é possível afirmar que a motivação é uma disposição para fazer alguma coisa. Esse fazer está em função de um objetivo.

“Portanto, a motivação pode aparecer como uma força que predispõe o indivíduo a agir de determinada forma, a fim de atingir determinado objetivo. Além disso, é uma energia que se dissipa, como um comportamento baseado em um padrão ou estímulo, um desejo que empurra alguém em uma determinada direção, esse impulso pode ser biológico ou social.” (MIRANDA 2009, p. 11-12).

Com esse conceito se torna possível elaborar o conceito de desmotivação. Se a motivação é a força que leva as pessoas a agirem para atingirem seus objetivos a desmotivação logicamente, é a indisposição da pessoa para realização de tarefas de modo a atingir algum objetivo. Ela sempre foi e continua sendo um fenômeno nocivo ao ensino/aprendizagem em todas as modalidades de ensino. Na EJA, esse fenômeno se acentua muito mais. São estudantes que não querem permanecer na sala de aula até o final do horário. Esses estudantes não se parecem estudar por vontade própria e apresentam grande falta de interesse pelos estudos dificultando a condução das aulas pelo professor.

“Os professores apontaram ainda, como dificuldade encontrada na EJA, o desinteresse dos alunos pelos estudos, visto que muitos desses alunos frequentam a escola por conta dos encargos familiares. Outros jovens não vão à escola voluntariamente, mas para evitar serem detidos (por terem cometido certo tipo de crime), pois é uma forma encontrada pelos tribunais para incluir esses jovens no ambiente escolar. Desta forma, este desinteresse de alguns jovens compromete a aprendizagem dos alunos mais velhos (a EJA é uma modalidade de ensino que mistura alunos de diferentes faixas etárias) e daqueles que estão realmente neste ambiente.” (CARVALHO 2014, p. 5).

A RELAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO

No que se refere à educação, sua produção não se restringe apenas à sala de aula. Mas resulta da ampliação e formalização das experiências que o indivíduo já possui as quais foram adquiridas na sua convivência com família e com a sociedade. Nessa perspectiva, o conhecimento escolar não é produzido no vazio. Então nesse caso, escola tem a função de ampliar e formalizar o conhecimento que o indivíduo já possui. À medida que o indivíduo vai interagindo socialmente, vai adquirindo mais experiências. De modo, que qualquer alteração generalizada de valores que ocorrer na sociedade reflete diretamente na sala de aula. Silva e Dallanol (2008, p. 1) “O ser humano em sua essência se forma pela interação com a sociedade, levando em consideração a internalização de diferentes aprendizados e vivências”. Essas relações sociais e subjetividades, unidas à cultura criam e desenvolvem a identidade, que por sua vez muda e influencia o ambiente.

Nessa perspectiva, entende-se que o comportamento do educando está profundamente comprometido com o contexto social e político no qual ele está inserido. Em um dado contexto social, aquela prática que tende a se banalizar é que mais influencia diretamente no comportamento dos indivíduos fazendo com que eles tendam a praticá-la ainda que a mesma não seja socialmente aceita como correta.

Portanto, o comportamento, a visão de mundo, os objetivos do indivíduo estão profundamente relacionados aos valores defendidos pela sociedade em um dado contexto. Por exemplo, se em um grupo social, uma pequena quantidade de pessoas a adotar um certo estilo musical

indecente, não aceito pela totalidade, contudo ninguém reclama nada, ainda que restante do grupo não goste certamente, em algum tempo ele se tornará a preferência da maioria. Nesse sentido, é possível compreender que a educação não é só o que se ensina na sala de aula, mas tudo que o homem faz, vê e ouve no seu dia a dia.

“A educação inclui os processos de formação que ocorrem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais.” (CARNEIRO, 2012, p. 37).

Quando se penetra nas entre linhas do texto citado, entende claramente que a educação acontece em todos os ambientes frequentados pelos indivíduos e em tudo aquilo que ele faz ou vê fazer, pois o homem não é um ser isolado do mundo exterior à sala de aula, mas convive mais nesse mundo do que no ambiente escolar. Assim, toda prática que ocorre na sociedade que tende a se aceitar mesmo não sendo correta implica profundamente, no comportamento do indivíduo refletindo diretamente na sala de aula. Então educação é um processo de aquisição de conhecimentos através da aprendizagem dentro e fora da sala de aula a qual é influenciada direta ou indiretamente pelos reflexos das práticas sociais em um dado contexto.

O homem reflete a sua sociedade e cultura em um dado contexto. A educação é uma réplica política de seu contexto. Pois o homem é o produto do meio. O indivíduo está muito mais influenciado pelo mundo exterior à sala de aula do que pelas próprias atrações de nossas aulas. Os meios que produzem a aprendizagem não escolar levam o indivíduo a aprender de livre e espontânea vontade e são muito mais motivadores do que os recursos didáticos produzidos pelo professor. A educação assistemática não impõe obrigação de fazer atividades e não tem horários para frequentar, as pessoas praticam-na, na maioria dos casos por distração, por lazer e sem objetivos predeterminados.

“Isto porque ela sempre estará inserida no processo cultural, produzido historicamente. Isto é, produzido na relação de interação intencional entre os seres humanos, e na relação de homens e mulheres entre si, com a natureza e com o mundo das coisas, isto é, com a realidade total, na qual os processos e produtos decorrentes tanto da relação entre os seres humanos quanto os criados pela relação transformadora dos homens e mulheres com a natureza.” (LOBO NETO, 2006, p. 1).

O que se pretende enfatizar nesta parte do presente artigo, não é apenas as altas quantias de dinheiro desviado pelos políticos brasileiros. Pois isso não tem relação com o tema discutido. Mas mostrar como essas práticas influenciam a mentalidade das pessoas e principalmente dos jovens e adolescentes brasileiros estudantes. Demonstrar o quanto essas práticas são nocivas ao desenvolvimento do ensino/aprendizagem para todos os níveis e modalidade educativas e de que forma elas influenciam desmotivando o nosso estudante.

RELAÇÃO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA COM A DESMOTIVAÇÃO DO EDUCANDO

O comportamento do indivíduo é uma cópia de sua sociedade em um dado contexto. Ele não está isolado do mundo fora da escola sendo influenciado profundamente pelas práticas sociais. Isso também reflete no comportamento do educando na sala de aula. Neste tópico, se discutirá a relação da corrupção política brasileira com a desmotivação do educando. Sabemos que a política é um dos grupos de maior importância em uma sociedade e é formada por autoridades de grande relevância as quais representam e dirigem uma nação.

Tem o poder de elaborar as leis que regulamentam a sociedade e administram o seu dinheiro público. Esse extrato social representa, ainda, a camada mais rica e importante de um país. Espera-se que seja composto por pessoas honestas e de bons exemplos.

Uma pessoa no interior do seu grupo de convivência é uma referência para as outras. O ser humano vive imitando os outros. Quanto mais uma pessoa é importante no interior do seu grupo, tanto mais sua prática de vida se torna um forte poder de interferência na vida das pessoas e principalmente de seus admiradores. Por isso mesmo, as autoridades políticas são vistas como um espelho.

“Na esfera política, que se caracteriza pela multiplicidade de relações estabelecidas entre indivíduos e entre grupos, o poder é compreendido como a capacidade de influenciar ou condicionar comportamentos. Em outras palavras, é a capacidade de impor a própria vontade, determinando o sentido da conduta alheia, nos planos individual e coletivo.” (GOMES, 2010, p. 2).

Infelizmente, os políticos brasileiros não têm tido o cuidado de atentar para o poder e para essa capacidade que eles possuem de mudar comportamentos. E tem se comportado de forma antiética servindo de um péssimo exemplo para sociedade.

O comportamento de pessoas importantes como um representante político de uma nação, tende a interferir na vida das pessoas. Mais isso ocorre com mais facilidade na vida do jovem do que na vida dos adultos. Resultando em mudanças significativas na mentalidade dos sujeitos e conseqüentemente, no comportamento dele e o alastramento generalizado de uma prática na sociedade.

A escola, muito longe está de ser um fator determinante do comportamento do indivíduo, ainda que este esteja sob sua influência. O que o exibe na sala de aula são as experiências obtidas exteriores à escola. Então, a motivação ou desmotivação para estudar do jovem da EJA também estão relacionadas ao comportamento de autoridades políticas, da mesma forma que se relacionam com a influência da família.

“A família desempenha um papel importante na sociedade, pois é responsável por fornecer aos indivíduos as contribuições necessárias para o desenvolvimento de comportamentos socialmente aceitos. Neste sentido, o contexto familiar é de fundamental importância para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, uma vez que as relações estabelecidas neste ambiente são determinantes de comportamentos anti ou pro-sociais.” (NASCIMENTO; TEODORO; CARVALHO 2012, p. 1).

Estamos vivendo um momento de profundas mudanças nas instituições sociais brasileiras. Os valores morais e éticos a cada dia são ignorados e violados. Lutar para ganhar a vida honestamente, já não é visto atualmente, por muitos, como valores a serem perseguidos principalmente por parte de muitos jovens. A criminalidade aumenta assustadoramente e junto com ela a impunidade. “A criminalidade tem aumentado a cada dia no Brasil, afetando significativamente a vida de seus cidadãos ao impor severas restrições econômicas e sociais, ao mesmo tempo que causa um sentimento geral de medo e insegurança.” (SANTOS, 2008, p. 2).

No Brasil, a impunidade é altamente preocupante para a sociedade. O cidadão é assaltado em plena via pública sem ter quem faça absolutamente nada. As pessoas sofrem todo tipo de violência e os violentadores ainda zombam das vítimas sem que a justiça faça alguma coisa. Frente a tudo isso se pergunta o que isso tem a ver com a desmotivação do estudante na sala de aula. Ora, se as pessoas importantes transparecem a ideia que roubar é crime apenas no texto,

mas na prática é um meio de adquirir riquezas. As pessoas matam, assaltam, roubam, estupram, queimam ônibus, praticam todo gênero de crimes e não são punidos. O professor não é um profissional de destaque. A maioria deles não tem um transporte que lhe represente diante de seus alunos. Apesar dele ser um profissional que vive dos estudos na grande maioria dos casos, em relação à sua vida financeira, não é um motivo para que o seu aluno se interesse para estudar. Esses fatores levam o estudante a pesar que estudar é simplesmente um sofrimento e que não tem importância alguma para o crescimento financeiro de uma pessoa e que é melhor roubar, pois não há uma punição severa. Isso contribui significativamente para a desmotivação do jovem na sala de aula.

O PAPEL DO PROFESSOR EJA

Nosso principal papel como professores, na produção de aprendizagens significativas, é desafiar conceitos já aprendidos, para que sejam retrabalhados, mais amplos e coesos, para se tornarem mais inclusivos de novos conceitos, sobretudo porque tem a possibilidade de servir de referência para a construção de novos conceitos. Em outras palavras, significa que quanto mais sabemos, mais podemos aprender.

O trabalho docente é desafiar e ser continuamente aperfeiçoado. Precisamos construir nossa própria maneira de pensar para desequilibrar as redes neurais dos alunos. Esse recurso nos apresenta um novo desafio no que diz respeito ao planejamento de nossas salas de aula: buscar diferentes formas de causar instabilidade cognitiva. Portanto, planejar uma aula significativa significa, em uma primeira etapa, buscar formas criativas e estimulantes de desafiar as estruturas conceituais dos alunos, necessidade que nos poupa da busca tradicional por diferentes formas de apresentação do material. Na escola a informação é transmitida sem que o aluno precise dela, então a nossa função principal como professor é gerar perguntas, criar dúvidas, criar necessidades e não trazer algumas respostas. Segundo uma perspectiva dialética em educação, cabe ao professor, enquanto intelectual, o papel de direcionar, e numa perspectiva dialógica, o saber do aluno e dele próprio são o ponto de partida, fazendo a interlocução com os saberes histórico e socialmente elaborada, numa relação ativa de aprendizagem do aluno e do professor. Sendo o professor mediador no processo de construção dos conhecimentos, suas atitudes devem ser: descobrir o que o aluno já sabe; organizar coerentemente e articuladamente os conteúdos a serem transmitidos, criar condições para que os alunos possam apreendê-los passando do particular para o geral e deste para aquele, reconstruindo os saberes dialogicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propagação generalizada da criminalidade e da desonestidade. Reflexos da injustiça de modo geral. A perda de valores fundamentais como: a ética dos cargos públicos, falta de amor ao próximo, prática de egoísmo de alguns políticos desonestos, a influência da mídia e da interação do indivíduo com o mundo exterior à escola, a influência da dinâmica social brasileira como um todo, a falta de uma aplicação justa do dinheiro público através de nossos representantes políticos. Esses fatores influenciam os jovens, direta ou indiretamente, provocando mudança na mentalidade deles. Despertando o sentimento de que é possível se dar bem na vida vivendo desonestamente.

Compreender como a corrupção política brasileira influencia na desmotivação dos educandos da EJA mostrar como a falta de seriedade política no Brasil influencia a desmotivação na EJA. Contudo, este artigo longe está de explorar o tema proposto, pois ele é muito complexo. De modo que essa pesquisa é apenas um começo. Esperam-se outros pesquisadores se sintam atraídos por essa temática e deem continuidade as pesquisas neste particular.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARVALHO, Gabriela de Aguiar. A educação de jovens e adultos e as dificuldades enfrentadas por professores de uma escola pública de Fortaleza. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38915/1/2014_eve_gacarvalho.pdf. Acesso em: 01 fev. 2021.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares. 2010. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021

GOMES, José Jairo. Direitos políticos. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/111>. Acesso em: 02 fev. 2021.

LIMA, Náthani Siqueira; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. O analfabetismo como violação ao direito fundamental à educação: a contribuição da EJA no cenário nacional. Disponível em: <http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/183>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Educação: prática social. Disponível em: http://floboneto.pro.br/_pdf/educacao/1.01%20EDUCA%C3%87%C3%83Opr%C3%A1ticasocial.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021

MIRANDA, Caly. O desafio em manter funcionários motivados: os fatores motivacionais para o trabalho. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7944127-O-desafio-em-manter-funcionarios-motivados-os-fatores-motivacionais-para-o-trabalho.html>. Acesso em: 02 mar. 2021.

NASCIMENTO, Ayla Islana Costa; TEODORO, Maria Luísa de Farias; CARVALHO, Maria José Camargo de. A influência das relações familiares no comportamento infrator de adolescentes. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-147.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. Educação de Jovens e Adultos (EJA): perspectivas metodológicas e aprendizagem significativa. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v33_n2_2012_art_05.pdf. Acesso em 13 fev. 2021.

RANQUETAT, Petter Fischer. 2011. Impunidade: um estímulo à a corrupção. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/37835>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ROMANZIN, Beatriz. EJA - Ensino de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho: qual ensino? Qual trabalho? Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aBeatriz%20Artigo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS, Marcelo Justus dos. Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p343_372.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

SILVA, Francielli Piroli da; DALLANOL Rodrigo Assufi. A educação como processo da formação social do indivíduo. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7846006-A-educacao-como-processo-da-formacao-social-do-individuo.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.

